

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COM ACESSIBILIDADE PARA A APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

COSTA; Paula Naranjo da¹

RESUMO

O trabalho pedagógico para a diversidade pressupõe a construção de caminhos inclusivos que superem as barreiras de aprendizagem. No que tange a escolarização das pessoas com deficiência, é assegurado pelo sistema educacional brasileiro o direito à práticas educativas que atendam seus modos de aprender, por meio de dispositivos legais que corroboram os princípios da educação inclusiva, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (BRASIL, 2008) que define o seu público-alvo e a necessidade de práticas inclusivas na escola comum, e mais recente, a Lei Brasileira de Inclusão, nº. 13.146 (LBI, 2015), que garante os direitos fundamentais das pessoas com deficiência nos diversos contextos de desenvolvimento.

Todavia, a presença de estudantes com deficiência nos espaços escolares, sobretudo os que apresentam Deficiência Intelectual (DI), ainda não vem sendo garantia de aprendizagem como destacado nos estudos de Glat e Pletsch (2012). As autoras revelam inúmeros desafios para a efetivação da garantia de direitos a inclusão escolar de estudantes com DI, sendo uma realidade a exclusão nos processos de ensino-aprendizagem por meio de uma visão estigmatizadora que os veem menos aptos para a aprendizagem e desenvolvimento comum.

A própria definição DI é observada historicamente como complexa e perpassou por inúmeras mudanças, sendo na atualidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas, originando-se antes dos 22 anos de idade, segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2021).

A definição incorporada na AAIDD somada a concepção baseada no modelo social da deficiência, concebe a DI como uma condição para além do funcionamento orgânico, sendo relevante compreendê-la a partir da relação com os fatores socioculturais.

Assim, o processo de aprendizagem de estudantes com DI perpassa pelo reconhecimento de suas singularidades e a construção de práticas com acessibilidade que os favoreçam na aquisição de conhecimentos. Conforme Marin e Braun (2020), estratégias pedagógicas diferenciadas baseadas nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), são possibilidades de promoção de ações pedagógicas equânimes para todos, contribuindo no fomento ao diálogo sobre inclusão, diversidade e acessibilidade ao currículo.

Para Braun (2022, p. 06) a acessibilidade é para além do acesso ao espaço físico, diz respeito ao planejar e propor materiais para todos, o que denomina de acessibilidade didática:

A acessibilidade didática envolve a forma do material, seu layout e possibilidades de uso, de forma

¹ Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC - Amazonas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação Inclusiva e o Aprender na Diversidade - UEA., naranjo.paulac@gmail.com

a propiciar aprendizagem e autonomia. Envolve, por exemplo, a comunicação em sala de aula e a iniciativa de tornar toda informação verbal ou escrita capaz de ser compreendida. Envolve usar materiais pedagógicos com apresentação e formato que possibilitem ao estudante usá-los e aprender com eles.

O desenvolvimento do olhar e ação docente por meio do planejamento encontra-se, como primordial neste processo, sendo necessários aspectos formativos que proporcionem o reconhecimento das diferenças humanas e a construção de recursos acessíveis ao desenvolvimento do currículo para todos.

Dito isso, ao considerar os desafios docentes e a possibilidade de construir caminhos inclusivos que atendam as especificidades dos estudantes com DI, o presente trabalho tem por objetivo destacar a relevância de práticas inclusivas por meio da elaboração de atividade com acessibilidade didática destinada a estudantes com DI em um curso de formação continuada.

O curso intitulado *Alfabetização e produção de material para estudantes com Deficiência Intelectual* foi ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo, na modalidade de Educação à Distância, no ano de 2022, sendo dividido em três módulos, com duração de seis meses. Os tópicos apresentavam desde os estudos acerca das concepções de alfabetização até as práticas de acessibilidade curricular e produção de materiais voltadas ao público.

Foi possível construir possibilidades de trabalho pedagógico desenvolvidas para estudantes com DI, aliada a prática realizada em Sala de Recursos Multifuncionais naquele momento. Como atividade final, foi proposto a criação de um material didático com acessibilidade, considerando os conceitos construídos ao longo do curso.

O material didático foi pensado para abordar o conteúdo de subtração tendo como foco a aprendizagem de um estudante do 2º ano do Ensino Fundamental (EF) com DI, que estava em construção no que tange os conceitos mais complexos e abstratos da operação. Assim, foi elaborado um plano de aula e construção da atividade tendo como base o livro didático utilizado em sala de aula pela professora com a turma que estava inserido.

O material em questão foi baseado nos princípios do Desenho Universal da Aprendizagem, como forma de subsidiar o ensino não só do estudante, mas de todos da turma e a aplicação da estratégia de Leitura Fácil, para leitura e compreensão dos enunciados.

Segundo Santos (2018) a Leitura Fácil é uma estratégia de adaptação da escrita que permite a leitura e a compreensão que abrange não só o conteúdo do texto, mas também as ilustrações e o formato de apresentação da atividade. A mesma não trata de simples redução do tamanho do texto ou do enunciado, porém constitui uma forma mais clara, objetiva, direta e contextualizada de apresentar as mesmas informações.

Para a construção da atividade foi necessário o uso do programa computacional *Word*, para redação dos enunciados e pesquisa de ilustrações no *google*. Dessa forma, a atividade com acessibilidade foi apresentada em folha com enunciados diferenciados a partir dos elementos da leitura fácil, com a fonte (arial) e o tamanho (14). Também se organizou os espaçamentos das questões de modo a tornar mais compreensível a leitura, dividindo a atividade em duas laudas, diferente da apresentada no livro base.

Realizou-se a inserção das ilustrações para facilitar a compreensão dos conteúdos. Imagens de balões, crianças em desenho, do sinal de subtração, notas de dinheiro e da bola foram utilizados. Inseriu-se caixas de texto em cima dos balões da primeira atividade, bem como no decorrer das demais para reforçar o aprendizado dos números naturais em sua sequenciação.

Na segunda parte da atividade, com intuito do ensino da noção de subtração, de separar uma quantidade da outra, foram utilizados as quantidades correspondentes às notas com material dourado, para servir de apoio a contagem das quantias de dinheiro. As caixas em branco para resolução da subtração também foram pensadas para compreensão da realização em etapas por parte do estudante com deficiência intelectual.

Atividades com acessibilidade didática desse modo, apresentam possibilidades da individualização do ensino, por considerar a especificidade do estudante, mas não só isso, pois como destacam Marin e Braun (2020),

[...] cada sujeito da aprendizagem precisa ser conhecido em contexto, na compreensão de suas habilidades, possibilidades e de como se relaciona com o conhecimento, de como aprende melhor; deste modo, recursos e estratégias são elaborados como apoios, por essa razão poderão ser ‘personalizados’, feitos ‘sob medida’, e, certamente, servirão a outros estudantes das classes comuns.

A aplicabilidade da atividade pode ser feita com suporte de materiais estruturados e manipuláveis como o material dourado, usado para construir noções de subtração, sendo fundamental a mediação pedagógica para conhecer o estudante, e partir disso construir estratégias, meios e materiais diferenciados de ensino, os quais garantirão novas possibilidades de aprendizagem (BRAUN, 2022). Inicialmente pode ser realizada a leitura, apoiando-se nas ilustrações afim de que possa compreender com mais facilidade os enunciados matemáticos.

Tais possibilidades são ampliadas por meio de suportes teóricos que permitem a construção de um fazer pedagógico com intencionalidade e acessibilidade didática, evidenciando a importância da formação docente no âmbito da inclusão. Oliveira, Braun e Lara (2013, p.52) alertam “[...] que a aprendizagem deste aluno (DI) demanda caminhos e ações educativas que diferem do processo de escolarização até então vivido e realizado pela escola e por seus professores, então a ação e o olhar do professor [...] passam a ser um recurso valioso”.

Nesse sentido, novas perspectivas mediadas pedagogicamente se convertem na elaboração de materiais didáticos capazes de responder e favorecer a apropriação de conhecimentos historicamente construídos, garantindo acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com DI, bem como provocando rupturas de atitudes capacitistas que criam estereótipos da incapacidade de aprender e se desenvolver.

Referências:

AAIDD. **American Association on intellectual and developmental disabilities- Definition of Intellectual Disability.** Washington, D.C: AAIDD (2016). Disponível em <https://www.aaidd.org/docs/default-source/default-document-library/aaidd_spanish-2021.pdf> Acesso em 14 de julho de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, de 7 de janeiro de 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> > Acesso em 20/07/2024.

BRAUN, P. **De onde partir? De que referencial? Conceitos-base para olhar à produção dos materiais didáticos.** Curso de Extensão em Alfabetização e produção de materiais para estudantes com deficiência intelectual. Universidade Federal do Espírito Santo. 2022.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** EdUERJ, 2012.

LBI. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 6 de julho de 2015. Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCDLegal. Vitória. 2015.

MARIN, M; BRAUN, P. Currículo e diferenciação pedagógica -uma prática de exclusão? **Revista Exitus**, vol. 10, e020010, 2020. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/5531/553171468010/html/#B25>> Acesso em 17/07/2024.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; BRAUN, Patrícia; LARA, Patrícia Tanganelli. Atendimento educacional especializado na área da deficiência intelectual: questões sobre a prática docente. In.: MILANEZ, Simone; OLIVEIRA, Anna; MISQUIATT, Andréa (orgs.). **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do**

desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

SANTOS, M. M. **Guia de adaptação de textos em leitura fácil.** PPBEG-CAP-UERJ, 2018.

Disponível em <[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431447/2/GUIA%20DE%20](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431447/2/GUIA%20DE%20ADAPTA%C3%87%C3%83O%20DE%20TEXTOS.pdf)

[ADAPTA%C3%87%C3%83O%20DE%20TEXTOS.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431447/2/GUIA%20DE%20ADAPTA%C3%87%C3%83O%20DE%20TEXTOS.pdf)> Acesso em 15/07/2024.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual, Acessibilidade Didática, Inclusão, Acessibilidade